



AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: OS IMPACTOS DO SAEB NAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA.

Milena da Silva Rocha¹, Naldirene do Nascimento Fonseca², Alberico Francisco do Nascimento³. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Maranhão-Campus São Luis-Monte Castelo. milenasilvarocha93@gmail.com¹; naldi.fonseca@gmail.com²; alberico@ifma.edu.br³.

Eixo Temático: Políticas Educacionais, Avaliação e Currículo.

INSTITUTIONAL EVALUATION: THE IMPACTS OF SAEB IN SCHOOLS OF BASIC EDUCATION.

Resumo: O Sistema de Avaliação da Educação Básica-Saeb, é composto por um conjunto de avaliações da educação básica realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC) incluindo estudantes de escolas públicas e particulares tanto de áreas urbanas quanto rurais, visando realizar um diagnóstico e análises de fatores que interfiram no desempenho dos estudantes da educação básica no Brasil. No entanto, os questionários aplicados apresentam uma linguagem em demasia técnica e complexa, com isso os resultados dessa avaliação, tanto referente ao rendimento dos alunos, quanto às análises feitas a partir destes questionários não trazem muitas informações que possam servir como base para reflexões e discussões sobre a prática pedagógica. Diante disso, esse artigo baseia-se na seguinte questão: quais os impactos produzidos nas escolas de Educação Básica a partir dessas avaliações institucionais? O objetivo dessa investigação é analisar os objetivos e usos desses levantamentos, suas funções e seus impactos nas escolas avaliadas, por meio de uma pesquisa bibliográfica e/ou documental, apoiada nos trabalhos de autores como Soares (2002), Vianna (2002), Locatelli (2002) e dados do INEP. Segundo a bibliografia levantada, os resultados do Saeb deveriam gerar mais discussões, reflexões e reformulações das práticas escolares, no entanto, são tratados de maneira incorreta, ranqueando as instituições e não as reformulando.

Palavras-chave: Avaliação Institucional. Saeb. Ideb.

Abstract: The Basic Education Evaluation System-Saeb, consists of a set of assessments of basic education conducted by the National Institute of Educational Research Anísio Teixeira



(Inep) and the Ministry of Education (MEC) including students from public and private schools in both areas urban and rural, aiming to make a diagnosis and analysis of factors that interfere in the performance of students of basic education in Brazil. However, the applied questionnaires present a language that is too technical and complex, so the results of this evaluation, both regarding the students' performance and the analyzes made from these questionnaires do not bring much information that can serve as a basis for reflections and discussions about pedagogical practice. Therefore, this article is based on the following question: what are the impacts produced in the schools of Basic Education from these institutional evaluations? The objective of this research is to analyze the objectives and uses of these surveys, their functions and their impact on the evaluated schools, through bibliographic and / or documentary research, supported by the works of Soares (2002), Vianna (2002), Locatelli (2002) and INEP data. According to the bibliography, the results of the Saeb should generate more discussions, reflections and reformulations of school practices, however, are treated incorrectly, ranking institutions and not reformulating.

Keywords: Institutional Evaluation. Saeb. Ideb.

1. Introdução

O Sistema de Avaliação da Educação Básica-Saeb, é um sistema composto por um conjunto de avaliações da educação básica realizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e pelo Ministério da Educação (MEC) incluindo estudantes de escolas públicas e particulares tanto de áreas urbanas quanto rurais, visando realizar um diagnóstico e análises de fatores que interfiram no desempenho dos estudantes da educação básica no Brasil.

As informações sobre a qualidade do ensino ofertado gerados por esses levantamentos são utilizadas como base para as formulações, reformulações e monitoramento das políticas públicas municipais, estaduais e federais, buscando melhor qualidade e eficiência do ensino. Procura-se também oferecer dados do desempenho dos alunos nas áreas e anos de avaliação.

No entanto, os questionários aplicados apresentam uma linguagem em demasia técnica e complexa, com isso os resultados dessa avaliação, tanto referente ao rendimento dos alunos, quanto às análises feitas a partir destes questionários não trazem muitas informações que possam servir como base para reflexões e discussões sobre a prática pedagógica. Por esse



motivo não são implementadas medidas derivadas dos resultados coletados, gerando quase nenhuma mudança no cotidiano das escolas.

Diante disto, esse artigo sustenta-se no seguinte questionamento: quais os impactos produzidos nas escolas de Educação Básica a partir dessas avaliações institucionais? Sabe-se que existem diferentes possibilidades de uso dos resultados da avaliação do Saeb, embora alguns não estejam ligados a seus objetivos. Daí decorre o objetivo dessa investigação de analisar os objetivos e usos desses levantamentos, suas funções e seus impactos nas escolas avaliadas.

Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e/ou documental, uma vez que sua fundamentação se apoiará nos trabalhos de autores como Soares (2002), Vianna (2002), Locatelli (2002) e dados do INEP. Esta investigação desenvolvera-se seguindo o seguinte caminho: Inicialmente analisa-se a bibliografia pertinente ao tema descrevendo os tipos de avaliação institucional dentro do Saeb. Em seguida, analisaremos os objetivos e propostas do Saeb para a educação brasileira. Por fim, apontam-se as possíveis mudanças na educação que podem ocorrer se os resultados dessas avaliações forem aplicados nas práticas pedagógicas.

2. Os tipos de Avaliação Institucional que fazem parte do Saeb

O Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb foi instituído em 1990, mas as iniciativas para a implantação vinham sendo tomadas desde 1988 com alguns estudos exploratórios de âmbito nacional, a partir da sua implantação as provas são executadas a cada dois anos. A Tabela 1 mostra o histórico do Saeb desde seu início até sua mais recente divulgação em 2017.

Tabela 1: Histórico do Saeb

aa	úblico-alvo	P angência	Abr Esc públicas	Form ulação dos Itens	Áreas do Conhecimento / Disciplinas Avaliadas
1995	1 ^a , 3 ^a , 5 ^a e 7 ^a séries do EF	Amostral	Esc públicas	Curric ulos de sistemas estaduais	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Redação.
Inovações					
Em 1995 foi adotada uma nova metodologia de construção do teste e análise de					



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

	resultados: a Teoria de Resposta ao Item (TRI). Dessa forma, a comparabilidade entre os resultados das avaliações ao longo do tempo se tornou possível. Ocorreu também o levantamento de dados contextuais (Questionários).			
aa 2005	Público-alvo	Abrangência	Formulação dos Itens	Áreas do Conhecimento / Disciplinas Avaliadas
	4 ^a , 8 ^a séries do EF 3 ^a série do EM	Escolas públicas + Escolas Particulares Amostral	Matrizes de Referência - Avaliação competências / Define descritores (conteúdo curriculares + operações mentais)	Língua Portuguesa, Matemática, Ciências Naturais, Física, Química e Biologia (1997) e História e Geografia (1999); De 2001 a 2005, somente Língua Portuguesa e Matemática.
	Inovações			
	Em 2005 o Saeb foi reestruturado pela Portaria Ministerial nº 931, de 21 de março de 2005. O sistema passou a ser composto por duas avaliações: Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) e Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil. A Aneb manteve os procedimentos da avaliação amostral (atendendo aos critérios estatísticos de no mínimo 10 estudantes por turma) das redes públicas e privadas, com foco na gestão da educação básica que até então vinha sendo realizada no Saeb. A Anresc (Prova Brasil) passou a avaliar de forma censitária as escolas que atendessem ao critérios de no mínimo 30 estudantes matriculados na última etapa dos anos iniciais (4 ^a série/5 ^o ano) ou dos anos finais (8 ^a série/9 ^o ano) do Ensino Fundamental escolas públicas, permitindo gerar resultados por escola.			
Aa 22011	Público-alvo	Abrangência	Formulação dos Itens	Áreas do Conhecimento / Disciplinas Avaliadas
	4 ^a , 8 ^a séries do EF 3 ^a série do EM	Escolas públicas + Escolas Particulares Amostral + Estratos Censitários + Ideb	Matrizes de Referência - Avaliação competências / Define descritores (conteúdo curriculares + operações mentais)	Língua Portuguesa, Matemática
	Inovações			
2013	Público-alvo	Abrangência	Formulação dos Itens	Áreas do Conhecimento / Disciplinas Avaliadas
	5 ^o ano, 9 ^o ano do EF 3 ^a série do EM	Escolas públicas + Escolas Particulares Amostral + Estratos Censitários + Ideb	Matrizes de Referência - Avaliação competências / Define descritores (conteúdo curriculares + operações mentais)	Língua Portuguesa, Matemática
	Inovações			
Na edição de 2013 a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), prevista no Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, passou a compor o Saeb a partir da divulgação da portaria nº 482, de 7 de junho de 2013. Outra inovação desta edição foi a inclusão em caráter experimental da avaliação de Ciências, a ser realizada com os estudantes do 9 ^o ano do Ensino Fundamental e do 3 ^o ano do Ensino Médio. Neste ano foi aplicado, em caráter de estudo experimental, um pré-teste de Ciências Naturais, História e Geografia que não geraram resultados para a edição.				



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

	Público-alvo	Agência	Abrangência	Formatação dos Itens	Áreas do Conhecimento / Disciplinas Avaliadas
2015	5º ano, 9º ano do EF 3ª série do EM	Escolas públicas + Escolas Particulares Amostral + Estratos Censitários + Ideb	Esc	Matrizes de Referência - Avaliação competências / Define descritores (conteúdo curriculares + operações mentais)	Língua Portuguesa, Matemática
	Inovações				
	Em 2015 foi disponibilizada a Plataforma Devolutivas Pedagógicas que aproxima as avaliações externas de larga escala e o contexto escolar, tornando os dados coletados mais relevantes para o aprendizado dos alunos. A partir da disponibilização dos itens utilizados na Prova Brasil, descritos e comentados por especialistas, a Plataforma traz diversas funcionalidades que poderão ajudar professores e gestores a planejar ações e aprimorar o aprendizado dos estudantes.				
	Público-alvo	Agência	Abrangência	Formatação dos Itens	Áreas do Conhecimento / Disciplinas Avaliadas
2017	5º ano, 9º ano do EF 3ª série do EM	Escolas públicas + Escolas Particulares Amostral + Estratos Censitários + Ideb	Esc	Matrizes de Referência - Avaliação competências / Define descritores (conteúdo curriculares + operações mentais)	Língua Portuguesa, Matemática
	Inovações				
	Em 2017, não só as escolas públicas do ensino fundamental, mas também as de ensino médio, públicas e privadas, passaram a ter resultados no Saeb e, conseqüentemente, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).				

Fonte: INEP (adaptado)

O sistema foi reestruturado ao longo dos anos conforme mostra a Tabela 1. As principais inovações resultaram na composição atual que é de três avaliações externas em larga escala: a Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb), a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, e a Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA), ambas têm o objetivo de aferir a real situação do sistema educacional brasileiro a partir da avaliação de desempenho dos estudantes e fazer o levantamento de informações sobre escolas, professores e diretores, esses dados também compõem o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). (INEP, 2017).

A Avaliação Nacional da Educação Básica (Aneb) avalia alunos das etapas finais dos três últimos ciclos da Educação Básica: em áreas urbanas e rurais 5º ano (4ª série) e 9º ano (8ª



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

série) do Ensino Fundamental e 3ª série do Ensino Médio regular. São abordados temas relativos ao domínio da Matemática cujo foco principal está na capacidade do aluno em resolver problemas lógicos, e da Língua Portuguesa com o foco principal na capacidade de leitura e interpretação de textos por parte dos alunos, a base desses temas está nas matrizes de referência estipuladas pelo Inep, o mesmo responsável pela aplicação da prova. A modalidade de respostas é a de múltipla-escolha. Os alunos e escolas são selecionados por amostragem (pelo menos até a edição de 2015) e abrangem as instituições que não atendem aos critérios da Anresc (Prova Brasil). Dessa forma, a Aneb tem o foco nas gestões dos sistemas educacionais e não em experiências específicas, tendo seus resultados por regiões geográficas e unidades da federação (FRANÇA, 2017).

A Avaliação Nacional do Rendimento Escolar (Anresc), conhecida como Prova Brasil, é aplicada em escolas públicas urbanas e rurais que tenham no mínimo 20 estudantes matriculados no quinto e no nono anos (quarta e oitava séries) do ensino fundamental. Seu objetivo principal é mensurar a qualidade do ensino ministrado nas escolas das redes públicas, produzindo informações sobre os níveis de aprendizagem em Língua Portuguesa (Leitura) e em Matemática (Resolução de problemas). A Anresc é uma avaliação censitária (o que expande os resultados fornecidos na Aneb) feita para cada unidade escolar participante bem como para as redes de ensino em geral, o que possibilita um diagnóstico, reflexão e planejamento do trabalho pedagógico da escola, bem como para a formulação de ações e políticas públicas com vistas à melhoria da qualidade da educação básica. Os itens da Prova Brasil comentados por especialistas são disponibilizados na Plataforma Devolutivas. (INEP, 2015).

A Avaliação Nacional da Alfabetização (ANA) é um instrumento de avaliação do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (Pnaic), que prevê a alfabetização plena de todas as crianças até os 8 anos, e examina os conhecimentos dos alunos matriculados no 3º ano do Ensino Fundamental de escolas públicas em três áreas: leitura, escrita e Matemática. No caso de Língua Portuguesa, o teste é composto de 17 (dezessete) itens objetivos de múltipla escolha e 3 (três) itens de produção escrita. No caso de Matemática, são 20 (vinte) itens objetivos de múltipla escolha. A ANA também é censitária, assim com a Prova Brasil e assume-se uma avaliação para além da aplicação do teste de desempenho ao estudante, propondo-se, também, uma análise das condições de escolaridade que esse estudante teve, ou não, para desenvolver esses saberes. Um instrumento para a coleta de informações a respeito



das condições de oferta são questionários com a finalidade de aferir informações sobre as condições de infraestrutura, formação de professores, gestão da unidade escolar, organização do trabalho pedagógico, entre outras, que são voltados aos professores e gestores das Intuições de Ensino que atendem ao Ciclo de Alfabetização (INEP, 2015).

O Inep divulga a cada edição do Saeb, resultados agregados para os estratos Brasil, Unidades da Federação e Regiões, desagregadas por dependência administrativa e localização.

3. Uma análise dos objetivos e propostas do Saeb para a Educação Brasileira.

O Saeb se propõe avaliar a qualidade do ensino e da aprendizagem. A esse respeito Ferrão, et al. (2001) comenta que:

Dente os objetivos específicos do SAEB podemos citar: identificar os problemas do ensino e suas diferenças regionais; oferecer dados e indicadores que possibilitem uma maior compreensão dos fatores que influenciam o desempenho dos alunos; proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade uma visão dos resultados dos processos de ensino e aprendizagem e das condições em que são desenvolvidos; desenvolver competência técnica e científica na área de avaliação educacional, ativando o intercâmbio entre instituições educacionais de ensino e pesquisa; consolidar uma cultura de avaliação nas redes e instituições de ensino.

Tendo esses objetivos, o Ministério da Educação e secretarias estaduais e municipais de educação utilizam-se dos dados obtidos com as avaliações para definir ações voltadas para a solução dos problemas identificados, assim como no direcionamento dos seus recursos técnicos e financeiros às áreas prioritárias, visando ao desenvolvimento do sistema educacional brasileiro e à redução das desigualdades nele existentes (INEP, 2011).

O Ideb é o índice que mede a qualidade do ensino e aprendizagem expressos nos dados obtidos das avaliações de larga escala do Saeb. Essa medição é feita para três etapas da educação: anos iniciais do Ensino Fundamental, anos finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Os números do Ideb refletem comportamentos observados, por exemplo, quando uma escola reprova seus alunos em excesso ou quando uma escola aprova estudantes com lacunas no aprendizado, indicando a necessidade de melhoria por parte das escolas. Assim as escolas podem se utilizar desses dados como avaliação institucional. O cálculo do Ideb é dado pela expressão:

$$Ideb = N \times P$$



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

onde, N corresponde à média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, obtida a partir do Saeb, sendo que seu valor pode variar entre 0 e 10; e P refere-se ao rendimento escolar, relacionando as taxas de aprovação e reprovação de instituição. P é obtido pela razão $P = \frac{1}{T}$, sendo T o tempo médio de permanência dos alunos na série. O valor de

P pode variar entre 0 e 1, mas o mais indicado é que tanto T quanto P sejam próximos de 1. Os resultados do Ideb podem variar de 0 a 10.

De acordo com o PDE, os anos iniciais do Ensino Fundamental devem atingir um Ideb igual a 6,0 até 2021, sendo que essa meta desdobra-se de maneiras diferentes para as redes pública e privada. Essa meta para o Ideb leva em consideração a média dos países desenvolvidos membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) no Pisa (*Programme for International Student Assessment*), principal avaliação internacional de estudantes. As tabelas 2, 3 e 4 mostram as médias nacionais do Ideb de 2005 a 2015 bem como as projeções para o Brasil e foram desenvolvidas pelo Inep com base no Saeb e no Censo Escolar. Os resultados marcados referem-se ao Ideb que atingiu a meta.

Tabela 2: Anos Iniciais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.8	4.2	4.6	5.0	5.2	5.5	5.8	3.9	4.2	4.6	4.9	5.2	5.5	5.7	6.0
Dependência Administrativa															
Estadual	3.9	4.3	4.9	5.1	5.4	5.8	6.0	4.0	4.3	4.7	5.0	5.3	5.6	5.9	6.1
Municipal	3.4	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.6	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.4	5.7
Privada	5.9	6.0	6.4	6.5	6.7	6.8	7.1	6.0	6.3	6.6	6.8	7.0	7.2	7.4	7.5
Pública	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9	5.3	5.5	3.6	4.0	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5	5.8

* Resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta. Fonte: Inep, 2018.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18
FORTALEZA - CE

Tabela 3: Anos Finais do Ensino Fundamental

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.4	3.5	3.6	3.7	3.7	3.7	3.8	3.4	3.5	3.7	3.9	4.3	4.7	5.0	5.2
Dependência Administrativa															
Estadual	3.0	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.3	3.6	3.9	4.4	4.6	4.9
Privada	5.6	5.6	5.6	5.7	5.4	5.3	5.8	5.6	5.7	5.8	6.0	6.3	6.7	6.8	7.0
Pública	3.1	3.2	3.4	3.4	3.4	3.5	3.5	3.1	3.2	3.4	3.6	4.0	4.4	4.7	4.9

* Resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta. Fonte: Inep, 2018.

Tabela 4: Ensino Médio

	IDEB Observado							Metas							
	2005	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2007	2009	2011	2013	2015	2017	2019	2021
Total	3.5	3.8	4.0	4.1	4.2	4.5	4.7	3.5	3.7	3.9	4.4	4.7	5.0	5.2	5.5
Dependência Administrativa															
Estadual	3.3	3.6	3.8	3.9	4.0	4.2	4.5	3.3	3.5	3.8	4.2	4.5	4.8	5.1	5.3
Municipal	3.1	3.4	3.6	3.8	3.8	4.1	4.3	3.1	3.3	3.5	3.9	4.3	4.6	4.9	5.1
Privada	5.8	5.8	5.9	6.0	5.9	6.1	6.4	5.8	6.0	6.2	6.5	6.8	7.0	7.1	7.3
Pública	3.2	3.5	3.7	3.9	4.0	4.2	4.4	3.3	3.4	3.7	4.1	4.5	4.7	5.0	5.2

* Resultados marcados em verde referem-se ao Ideb que atingiu a meta. Fonte: Inep, 2018.

Ao apresentar os resultados do Saeb, o Inep/MEC não tem como intuito estabelecer um *ranking* de sistemas, ou impor parâmetros de qualidade que firam a autonomia das redes de ensino, antes, o objetivo é que os resultados apresentados sejam incorporados pelos professores, diretores, gestores e pela própria sociedade, e que fomentem o debate e um



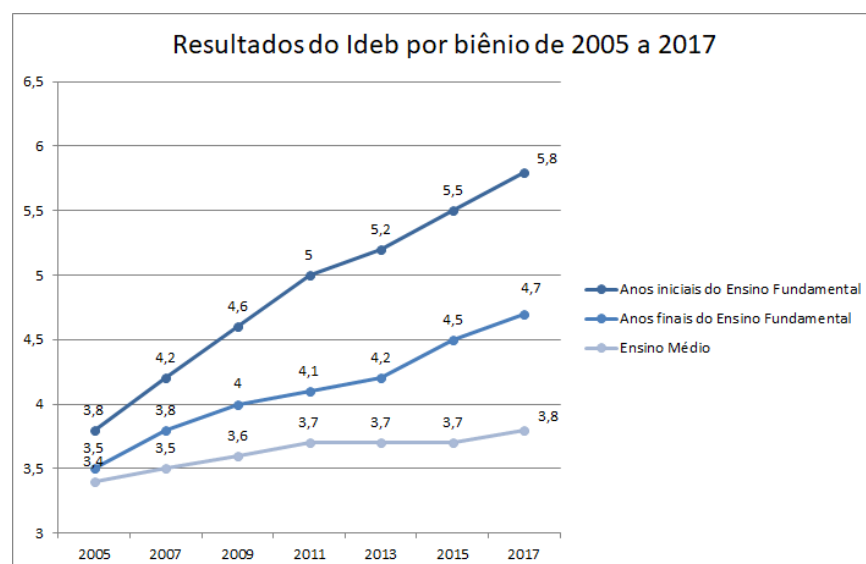
trabalho pedagógico que subsidie a melhoria da qualidade educacional em todo o País (INEP, 2011).

No entanto, Dentz & Bordin (2014, p. 77) afirmam que muitas instituições de ensino, movidas pelos fatores competitivos, oferecem aos alunos “preparatórios” semelhantes aos das avaliações do Saeb, objetivando uma melhor colocação estatística, tendo em vista os investimentos financeiros que as escolas com melhores classificações no Ideb recebem por parte do governo. Para as autoras, essa prática reforça as disparidades ao invés de minimizá-las. “O que se percebe é que o objetivo do Ideb, de mensurar a qualidade de ensino na educação básica brasileira, está se tornando um meio de competição entre instituições de ensino a fim de angariar maiores investimentos para estas instituições” explicam Dentz & Bordin (2014, p. 77).

4. Mudanças nas escolas avaliadas

O gráfico abaixo revela os resultados do Ideb nacional por biênio, de 2005 a 2017:

Gráfico 1: Ideb por biênio (2005 a 2017)



Fonte: Inep 2018.



Segundo a análise de França (2017), em se tratando do Ensino Fundamental, o resultado do Ideb nacional apresentou um crescimento constante de 2005 a 2015. Entretanto, para o Ensino Médio, a estagnação do resultado do Ideb entre 2011 e 2015 motivou a Reforma do Ensino Médio, que foi proposta em setembro de 2016, aprovada pelo Senado e sancionada pelo presidente em fevereiro de 2017. De acordo com o Ministro Mendonça Filho, “os números desastrosos não permitem que adiemos a reforma”.

Mas, mesmo diante de tais medidas, alguns especialistas acreditam que os resultados do Saeb deveriam gerar mais discussões, reflexões e, por conseguinte, mudanças nas escolas avaliadas. No entanto, os questionários aplicados são muito técnicos e complexos por isso pouco colabora com as discussões sobre as práticas pedagógicas. Como explicita Vianna (2002, p.136):

O grande problema do Saeb é que os seus resultados não chegam à escola e nem aos professores, não gerando, por conseguinte, qualquer impacto no sistema de ensino. Podem dar margem a pesquisas, muitas de grande sofisticação estatística, e importantes do ponto de vista científico, cujos resultados não se traduzem em ações pelos professores.

Seguindo essa concepção, Locatelli (2002) argumenta que o Saeb não visa causar melhorias nas escolas, pois não estão sendo implementadas as “medidas derivadas da análise dos resultados coletados”. E ao nomear os objetivos do Saeb, ele não considera que tais resultados sejam usados para a reformulação das práticas escolares:

O Saeb tem como objetivos: (I) monitorar a qualidade, a equidade e a efetividade do sistema de educação básica; (II) oferecer, às administrações públicas de educação, informações que lhes permitam avaliar seus projetos educacionais e formular programas de melhoria da qualidade de ensino; e (III) proporcionar aos agentes educacionais e à sociedade informes sobre os resultados dos processos de ensino e dos fatores contextuais a eles associados.

Já para Soares (2002, p. 152), o Saeb deveria ser mais estudado, analisado e conhecido principalmente por pessoas do meio acadêmico. Este autor acredita que os dados gerados por esses processos avaliativos deveriam chegar ao professor, embora não seja o objetivo, mas



pode auxiliar esse profissional na tomada de decisões na escola. Segundo ele, “os resultados do Saeb não chegam ao professor naquilo que é importante para a sua prática pedagógica. Embora o interlocutor privilegiado do Saeb não seja o professor, seus resultados têm de chegar mais à escola”.

Os resultados do Saeb 2017 revelam que as enormes desigualdades educacionais no Brasil, de maneira geral, persistem. Segundo o Inep, se o Ensino Fundamental e o Ensino Médio mantiverem a taxa de crescimento apresentada nos resultados de aprendizagem (Gráfico 1), em 2021, é provável que os resultados dos Anos Finais do Ensino Fundamental sejam superiores aos do Ensino Médio (em Língua Portuguesa e Matemática). Após 12 anos de escolaridade, cerca de 70% dos estudantes terminam a Educação Básica sem conseguir ler e entender um texto simples e sem conhecimentos mínimos de Matemática. No Ensino Médio, entretanto, a situação nacional encontra-se praticamente estagnada desde 2009 (INEP, 2018).

5. Considerações Finais

Diante do exposto, ficam evidentes os vários posicionamentos a cerca dos impactos do Saeb na educação básica. Evidencia também que nem todos os objetivos propostos por ele foram alcançados, como por exemplo, no tocante ao uso dos dados que resultem em políticas públicas concretas. Salienta-se ainda que, para alcançá-los, será necessário um melhor tratamento dos dados obtidos pelas avaliações em larga escala que constituem o sistema. Constatou-se também que contrariando o objetivo do Saeb, há sim um interesse no ranqueamento de instituições motivado pelo ganho de incentivos financeiros e não o melhoramento da qualidade do ensino. É válido questionar se a reforma do ensino médio, que foi motivada pelos dados do Saeb, por si só resolverá questões disparadoras da reforma, como a evasão escolar e o baixo desempenho dos alunos. Contudo, os dados do Saeb trazem sim um debate sobre as oportunidades de melhoria na educação básica, no entanto precisa ser incorporado um trabalho pedagógico que proporcione a melhoria do sistema educacional do país.



6. Referências

DENTZ, Martha von; BORDIN, Tamara Maria. Percepções das Avaliações de Larga Escala no Brasil: Um enfoque na Educação Básica. Revista Profissão Docente Uberaba, v. 14, n.31, p. 68-79, Jul- Dez.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP. Saeb. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/educacao-basica/saeb>>. Acesso em 07 de set 2017.

_____. Sobre a Anresc. Disponível em: <<http://inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-anresc>>. Acesso em 08 de set 2017.

_____. Sobre a ANA. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb/sobre-a-ana>>. Acesso em 08 de set 2017.

_____. Objetivos das avaliações. Disponível em: <<http://www.smeduquedecaxias.rj.gov.br/need/Biblioteca/Gest%C3%A3o/IDEB/portal.inep.gov.br/web/saeb-e-prova-brasil/objetivos-das-avaliacoes-gestor.html>>. Acesso em 09 de set 2017.

_____. Press Kit Saeb 2017. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/saeb/2018/documentos/presskit_saeb2017.pdf>. Acesso em 02 de out 2018.

FERRÃO, Maria Eugenia; BELTRÃO, Kaizô Iwakami; FERNANDES, Cristiano. SANTOS, Denis; SUÁREZ, Mayte; ANDRADE, Adler do Couto. O SAEB – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica: objetivos, características e contribuições na investigação da escola eficaz. Revista Brasileira de Estudos de População, v.18, n.1/2, jan./dez. 2001.

FRANÇA, L. Aneb: Avaliação Nacional da Educação Básica. Disponível em <<http://aprova.com.br/aneb/>>. Acesso em: 10 set 2017.

LOCATELLI, Iza. Construção de instrumentos para a avaliação de larga escala e indicadores de rendimento: o modelo SAEB. Estudos em Avaliação Educacional, São Paulo: FCC, n. 25, p. 3-21, jan./jun. 2002.



VII ENALIC

VII ENCONTRO NACIONAL DAS LICENCIATURAS
VI SEMINÁRIO DO PIBID
I SEMINÁRIO DO RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA

05 a 07/12/18

FORTALEZA - CE

SOARES, José Francisco. Construindo o campo e a crítica: o debate. In: FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002. p. 99 -214.

VIANNA, Heraldo M. Construindo o campo e a crítica: o debate. In: FREITAS, Luiz Carlos de. Avaliação: construindo o campo e a crítica. Florianópolis: Insular, 2002. p. 99-214.

